

FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO
DIÁRIOS VOLUME 3
DA 1999-2000
PRESIDÊNCIA

SUMÁRIO

Apresentação | 11

Lista de siglas | 19

1999

3 A 11 DE JANEIRO DE 1999

Posse do segundo mandato. Negociações para a aprovação do ajuste fiscal no Congresso. Sucessão de Gustavo Franco | 29

13 A 20 DE JANEIRO DE 1999

Francisco Lopes assume o BC. Fracassa a implantação da banda cambial. Pânico nos mercados. Vitória na votação do ajuste | 48

22 A 25 DE JANEIRO DE 1999

Continua a desvalorização do real. Novas negociações com o FMI. Alternativas para a solução da crise | 60

28 DE JANEIRO A 2 DE FEVEREIRO DE 1999

Ápice da crise cambial. Conversas com Bill Clinton e Robert Rubin. Demissão de Francisco Lopes | 73

3 A 14 DE FEVEREIRO DE 1999

Armínio Fraga empossado no BC. Queda na popularidade do presidente | 90

14 A 23 DE FEVEREIRO DE 1999

Denúncia de Paul Krugman. Fórum Empresarial Mercosul-Europa. Dificuldades no câmbio | 100

24 DE FEVEREIRO A 4 DE MARÇO DE 1999

Conversa com Stanley Fischer. Negociações para a votação da CPMF. Reunião com governadores na Granja do Torto. O dólar dispara e os juros sobem | 109

5 A 16 DE MARÇO DE 1999

Reação positiva dos mercados. Vitória da CPMF na Câmara. Conversa com Lula | 119

20 DE MARÇO A 2 DE ABRIL DE 1999

Aprovação da CPMF. Reichstul, novo presidente da Petrobras. Crise no Paraguai. Os juros caem. Descanso no Rio | 129

3 A 13 DE ABRIL DE 1999

Otan, Kosovo e ONU. Reflexões sobre o PSDB. CPI do sistema financeiro | 138

18 A 25 DE ABRIL DE 1999

*Turnê europeia: Portugal, Alemanha e Inglaterra.
Casos Marka e FonteCindam. Jantar com ACM* | 146

27 DE ABRIL A 7 DE MAIO DE 1999

*Depoimento de Chico Lopes. Visitas do presidente do México
e da rainha da Dinamarca. A economia reage* | 158

12 A 14 DE MAIO DE 1999

*Viagem aos Estados Unidos. Conversa com Clinton.
Reunião com o PMDB* | 171

15 A 27 DE MAIO DE 1999

*Convenção nacional do PSDB. Derrota do impeachment.
Grampos do BNDES* | 180

1º A 12 DE JUNHO DE 1999

*Viagens ao México e à Argentina. Continuação dos casos dos grampos.
Crise no Ministério da Justiça* | 194

13 DE JUNHO A 2 DE JULHO DE 1999

*Temer e ACM se desentendem. Cai o novo diretor da Polícia Federal.
A "MP da Ford"* | 213

3 A 17 DE JULHO DE 1999

*Problemas do regime automotivo. Reformulação do ministério.
Mário Covas, candidato à sucessão. Morte de Franco Montoro* | 234

23 A 31 DE JULHO DE 1999

*Ainda a Ford da Bahia. Visita de Estado ao Peru. Conversa com Emílio
Odebrecht. Greve dos caminhoneiros. A revolução burguesa* | 254

3 A 13 DE AGOSTO DE 1999

*Temer, ACM e Bornhausen. Popularidade despenca.
Dificuldades e vitórias no Congresso* | 272

15 A 27 DE AGOSTO DE 1999

*Furnas. Viagem ao Acre. Preocupação com Colômbia e Venezuela.
Marcha dos Cem Mil* | 287

28 DE AGOSTO A 4 DE SETEMBRO DE 1999

*Novamente os grampos do BNDES. Programa Avança Brasil.
Demissão de Clóvis Carvalho. Encontro com Hugo Chávez* | 300

5 A 17 DE SETEMBRO DE 1999

*Alcides Tâpias no Ministério do Desenvolvimento.
Massacre no Timor Leste. FMI e Consenso de Washington.
Embate com a bancada ruralista* | 312

21 DE SETEMBRO A 9 DE OUTUBRO DE 1999

*Redução dos juros. Estatuto da Microempresa. Jantar com grandes
empresários. O STF barra a contribuição de inativos* | 326

13 A 24 DE OUTUBRO DE 1999

Nova redução dos juros. Turbulência nos mercados.

Disputa pelo terceiro escalão. Reuniões com os governadores | 340

27 DE OUTUBRO A 5 DE NOVEMBRO DE 1999

Viagem a Minas Gerais. Problemas na Cemig.

Visita de Fernando de la Rúa | 357

10 A 22 DE NOVEMBRO DE 1999

Primeira viagem a Cuba. Conferência da Terceira Via.

Audiência com o papa | 368

24 DE NOVEMBRO A 6 DE DEZEMBRO DE 1999

Reforma tributária. Limite às medidas provisórias.

A Chama do Conhecimento Indígena. Aniversário do BID em Petrópolis | 385

13 A 18 DE DEZEMBRO DE 1999

Viagem ao Uruguai e à Argentina. Reunião com artistas.

Crises na Aeronáutica e no Ministério da Defesa | 399

24 A 31 DE DEZEMBRO DE 1999

Borges e a imprensa. Descanso na Marambaia. Balanço do ano | 414

2000

3 A 15 DE JANEIRO DE 2000

Enchentes. Viagem a Minas Gerais. Votação da DRU. Jantar com ACM | 429

16 A 26 DE JANEIRO DE 2000

Jantar com senadores. Demissão de Elcio Álvares. Aprovação da Lei de

Responsabilidade Fiscal na Câmara | 444

29 DE JANEIRO A 10 DE FEVEREIRO DE 2000

Viagens ao Rio Grande do Sul e Amazonas. Posse de Gilmar Mendes na AGU.

Nova reunião com governadores. Visita do presidente paraguaio | 456

13 A 25 DE FEVEREIRO DE 2000

Conversa com Orestes Quéricia. Disputas partidárias na Câmara.

Sucessão no BNDES. Projeto Genoma Xylella | 468

27 DE FEVEREIRO A 16 DE MARÇO DE 2000

Francisco Gros assume o BNDES. Carnaval na Marambaia.

Viagens ao Uruguai, Portugal e Chile. Salário mínimo e teto salarial | 485

18 DE MARÇO A 8 DE ABRIL DE 2000

A situação eleitoral. Definição do salário mínimo.

Viagens à Costa Rica e à Venezuela | 500

12 A 21 DE ABRIL DE 2000

Impasse com o PFL. Aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Demissão de José Carlos Dias | 518

24 DE ABRIL A 5 DE MAIO DE 2000

*Festejos do V Centenário. Demissão de Rafael Greca.
Onda de ocupações do MST* | 530

8 A 20 DE MAIO DE 2000

*ACM contra Jader e Geddel. O Congresso aprova o novo salário mínimo.
Jantar com Michel Temer* | 544

21 DE MAIO A 5 DE JUNHO DE 2000

*Cotidiano no Alvorada. Crise no Peru. Exposição de Hannover.
Conferência da Terceira Via em Berlim* | 560

8 A 20 DE JUNHO DE 2000

*Reunião com o PSDB. Ônibus 174. Reunião do Grupo do Rio na Colômbia.
Lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública* | 579

20 DE JUNHO A 11 DE JULHO DE 2000

*Discussão da reforma tributária. Visita à Argentina.
Escândalo das obras do TRT. Visita do rei da Espanha* | 595

15 A 31 DE JULHO DE 2000

*Ainda o escândalo do TRT. Viagem a Moçambique.
O “caso” Eduardo Jorge. Programa de combate à pobreza* | 616

1º A 16 DE AGOSTO DE 2000

*O empresariado defende o governo. Enchentes no Nordeste.
Visita de Madeleine Albright* | 638

18 DE AGOSTO A 4 DE SETEMBRO DE 2000

*Código de Conduta. Nova rusga com Itamar.
I Cúpula Sul-Americana* | 652

10 A 22 DE SETEMBRO DE 2000

*Visitas do primeiro-ministro de Cingapura e do herdeiro do trono saudita.
Problemas com o MST e Itamar. Projeto Alvorada* | 666

25 DE SETEMBRO A 11 DE OUTUBRO DE 2000

*Visita do presidente indonésio. Primeiro turno das eleições municipais.
Viagens à Alemanha e aos Países Baixos* | 681

13 A 23 DE OUTUBRO DE 2000

*Conversas com Sarney e Jader. Conferência de Defesa em Manaus.
Crise na Argentina. Disputa PFL x PMDB* | 702

25 DE OUTUBRO A 14 DE NOVEMBRO DE 2000

*Prêmio Príncipe de Astúrias. Segundo turno das eleições.
Primeira mulher no STF. Denúncias de caixa dois* | 718

15 A 24 DE NOVEMBRO DE 2000

*Cúpula Ibero-Americana no Panamá. Reuniões com a CUT e a Força Sindical.
Acirramento da disputa partidária no Congresso* | 736

25 DE NOVEMBRO A 10 DE DEZEMBRO DE 2000

Críticas da imprensa. Posse do novo presidente do México.

Encontro com Eduardo Jorge | 751

14 A 31 DE DEZEMBRO DE 2000

ACM ataca o presidente. Visita do presidente sul-africano. Reunião com o

PMDB. Cúpula do Mercosul em Florianópolis. Descanso em Buritis | 775

Índice remissivo | 793

Sobre o autor | 851

APRESENTAÇÃO

Este terceiro volume dos *Diários da Presidência* abrange os anos 1999 e 2000. Não repetirei, nesta apresentação, o que já escrevi sobre o período de meu primeiro mandato para ressaltar quanto a política se repete no dia a dia. As brigas entre os partidos, tanto os que formam a “oposição” como os da “base aliada”, e entre os componentes de cada bloco, são constantes e triviais. Luta-se pelo que parece essencial, a manutenção de um pedaço de poder (seja no governo, seja em cada corpo legislativo) e, sobretudo, em nosso caso, pela continuidade de redes de apoio, clientelísticas e corporativas. Essas desavenças formam o cotidiano da luta partidária e, neste volume, elas irrompem a cada instante.

Sob essa trama, desenvolve-se o grande jogo da política, no sentido da condução de medidas que afetam o interesse público. Contudo, é por meio do jogo entre partidos e interesses menores que se vão desenhando as divergências sobre o que para uns parece ser um bem para o país e para outros um mal. É em meio a muito aturdimento que os governos tomam decisões e, quando podem e têm consistência, dão rumo à coisa pública. Tudo isso aparece nos registros deste e dos demais volumes dos *Diários*.

O que é distintivo na primeira parte deste volume é o esforço enorme feito para superar a “crise do real” que estourou em janeiro de 1999. Os resultados da recuperação posterior da economia e das políticas governamentais, especialmente das sociais, veem-se mais claramente nos anos 2000, em que muita coisa foi feita. Não obstante, a percepção geral é a de que no primeiro mandato consegui fazer algo, enquanto o segundo foi perdido. Os mais malévolos sabem até — ou pensam saber — o porquê disso: por causa da luta pela reeleição. Ela teria me levado a fazer acordos com o demo (de diabo, e não de povo...) e deixar de lado as tão ambicionadas (pelos grupos dominantes e esclarecidos) reformas.

Ora, no volume anterior eu já chamara a atenção para o apoio generalizado, do Congresso e da sociedade, à emenda da reeleição. Foi esse apoio que permitiu que eu obtivesse a maioria dos votos populares já no primeiro turno. Aliás, no volume 2, que corresponde ao período da emenda constitucional e à eleição, há poucas referências à campanha eleitoral, ao passo que são numerosas as menções sobre as dificuldades para manter a política econômica que se estabeleceu depois do real. A reeleição permitiu que ela fosse assegurada mesmo em condições adversas.

A crise de janeiro de 1999 marcou profundamente o governo. As primeiras reações depois que o mercado impôs uma derrota às tentativas de mudar o curso das coisas com o alargamento da banda de flutuação cambial foram de muito desalento. A despeito das tentativas de ultrapassar, sem solavancos, os efeitos

negativos da valorização do real por parte dos que estavam à frente das decisões econômicas, a verdade é que o valor da moeda brasileira despencou mais do que prevíramos.

Tive que mudar rapidamente pessoas no governo e apoiar novas políticas para superar riscos financeiros sistêmicos (especialmente na *BM&F*) e mesmo, em algumas cidades, a busca imediata de liquidez pelos depositantes. Foi preciso restabelecer a confiança na moeda, na solvência do Estado e na economia brasileira. A despeito de decisões dessa complexidade dependerem de muitos fatores e de numerosas pessoas, assumi a responsabilidade política do processo, como se vê nestes *Diários*. Assim como eu anunciara antes das eleições que marcharíamos para um ajuste fiscal que poderia requerer o apoio do *FMI*, não hesitei em manter o ministro da Fazenda e nomear em curto espaço de tempo dois presidentes para o Banco Central, com todo o desgaste que isso acarretou. Apesar dos obstáculos e dos zigue-zagues, mantivemos o rumo e conseguimos salvar o que conquistáramos em matéria de estabilidade econômica.

O desalento que se abateu sobre o governo e o país com a crise de janeiro de 1999 não só alcançou os partidos que me apoiavam como a própria sociedade. Ainda que no início a população tivesse mantido seu apoio ao governo, em seguida a perda de popularidade foi inevitável. Gostemos ou não, a razão assiste aos que pensam que o bolso das pessoas é decisivo para as escolhas políticas delas, e é natural que assim seja. Errou, pagou.

A História é caprichosa. Embora a economia tenha se recuperado e a inflação voltado ao controle relativamente rápido, a perda de apoio dos partidos e da população permaneceu até meados de 2000. Ora, já no segundo semestre de 1999 havia sinais de que evitáramos o temporal. O que mais temíamos ao manter elevadas as taxas de juro era a insuficiência do controle nos gastos públicos. Qualquer afrouxamento da política monetária sem um programa firme e duradouro de ajuste fiscal pareceria levar o país à ruína. Não obstante, como se pode ver em minhas conversas telefônicas com o diretor do *FMI*, Stanley Fischer, já em abril de 1999 os dados de inflação mostravam que não haveria a “volta ao passado”, apesar da desvalorização. Por quê? Primeiro porque a queda da inflação de mais de 2 mil por cento ao ano em 1993 para menos de 2% em 1998 havia reduzido enormemente o grau de indexação da economia brasileira. Segundo porque a reestruturação dos bancos públicos (*Proes*) e privados (*Proer*), bem como das dívidas dos estados e de algumas prefeituras, e a adoção de um programa de ajuste fiscal pelo governo federal haviam afastado o risco de quebra deira do sistema financeiro e de insolvência do Estado.

O Plano Real não fora apenas a *URV* e a troca de moedas de 1994, mas o trabalho penoso de ajustes orçamentários, privatizações e mudança de regime fiscal que se espalhou anos afora. O tripé econômico de 1999 baseava-se em manter o câmbio flutuante, estabelecer o regime de metas de inflação e seguir a Lei de

Responsabilidade Fiscal. Inovava sobre o que se plantara antes. Era a continuidade do Plano Real em novas circunstâncias.

Esse processo e seus resultados, entretanto, não foram registrados naquele momento pelos partidos políticos, com exceção de alguns parlamentares que se deram conta das transformações. No geral, no meio político houve a impressão de que o governo estava acabado. Resultado: tanto as oposições como as lideranças mais afoitas ou com melhores perspectivas de substituir PSDB/FHC armaram obstáculos incessantes no Congresso e nas ruas. Havia que balançar mais o governo com o vendaval de CPIS, marchas de protesto e o refrão de que o governo nada fazia pelo social, que era neoliberal, que só cuidava do mercado.

Tentei convencer o país de que deveríamos enfrentar a mudança havida na maneira de produzir e no entrelaçamento entre os mercados, em grande parte por causa das novas tecnologias de transporte e de comunicações, que ampliaram globalmente o escopo das empresas. As antigas políticas ditas “de substituição das importações”, a ação abrangente do Estado como indutor e controlador do crescimento econômico, o protecionismo e os privilégios fiscais não poderiam mais, como fizeram a seu tempo, servir de sustentáculo para o crescimento econômico. As políticas de modernização do Estado e da economia, em vez de serem compreendidas como um esforço de adaptar o país às condições contemporâneas, combinando integração competitiva na economia global e inclusão social, para melhor defender os interesses nacionais e populares, transformaram-se, na retórica das oposições (com boa penetração nas bases aliadas), em defesa fundamentalista do mercado. Criaram-se, assim, bases para uma “luta ideológica” contra um governo que estaria desnacionalizando e servindo ao mercado internacional, deixando à margem os pobres e a empresa nacional.

Na verdade, o chamado tripé posto em marcha pós-crise de 1999 funcionou e, já no ano 2000, a economia cresceu 4,3%. O mesmo tripé” que, pelos seus resultados positivos, logo se tornaria bandeira positiva, tanto assim que em seu primeiro mandato o governo Lula tratou de segui-lo e ajustou com o FMI um superávit primário que ultrapassou de longe os níveis com os quais meu governo concordara. E deu certo. Mas uma coisa é o mercado e os dados, outra a sensibilidade político-popular. A despeito dos esforços para mostrar que o governo cuidava do social (e os dados são eloquentes: na educação, na saúde, na reforma agrária, nos índices de IDH ou no Gini, nas bolsas-escola, nos aumentos reais do salário mínimo e na média salarial das famílias etc.), o refrão da mídia e da oposição era outro: há avanços (poucos) na economia, mas não no social. *Verba volant*, mas suas marcas ficam.

Não preciso ir mais longe para chamar a atenção para esse desencontro entre o que se deseja e se está fazendo e o que os outros atribuem a nossos desejos e insistem em que não se está fazendo. Apenas um esclarecimento: não se trata apenas de falha de comunicação da propaganda. É desencontro simbólico:

quem faz a estabilização e se mantém firme com ela, quem entende que o mundo mudou e não se agarra ao passado colide com valores arraigados na cultura nacional e paga o preço que todo reformador acaba, momentaneamente, pagando. Meus conselhos em 1999 ao Arminio Fraga, recém-nomeado para presidir o Banco Central e que iria ser sabatinado no Senado, insistiam nisso: “O Brasil não gosta do sistema capitalista. Os congressistas não gostam do capitalismo, os jornalistas não gostam do capitalismo, os universitários não gostam do capitalismo. [...] Eles gostam do Estado, eles gostam de intervenção, de controle de câmbio, enfim, no que você puder ser conservador é melhor do que ser liberal”.

Quero passar a outro tema, correlato, que marcou muito o debate dos anos descritos neste volume. Através dele se vê quanto o governo persistia em aprovar reformas na Constituição, para adaptar o país às mudanças mundiais e a nossos próprios avanços. Tarefa sempre hercúlea, e mais ainda depois de uma súbita desvalorização da moeda e de lutas intensas pelo poder nos partidos e entre eles. Tudo servia de pretexto para dificultar a ação governamental. Os grandes líderes políticos da época, sobretudo, e, paradoxalmente, os que em tese apoiavam o governo, chocavam-se uns com os outros e às vezes com o governo e comigo. O que fazer? Persistir na pedagogia e usar os instrumentos de poder que a Constituição assegura ao Executivo para avançar nas negociações congressuais. Nos regimes democráticos, o Executivo não pode imaginar que o Congresso simplesmente obedece. Sim e não; concorda e desafia; tem sua própria pauta, nem sempre coincidente com a do governo.

Em nossa cultura política, e com o desenho político partidário em vigor, o presidente ou o governo só obtêm maioria congressual com alianças. Precisam, portanto, entrar no corpo a corpo com os parlamentares para obter resultados legislativos, com toda a carga tradicional de redes de clientelismo e troca de favores. Com isso, ganham logo senão o repúdio, o distanciamento da sociedade. Para aprovar medidas legislativas, mesmo as requeridas pela maioria da sociedade, ou o governo tem o apoio de partidos e líderes, ou fica isolado e perde. Nesse contexto de acusações e brigas entre partidos e seus líderes, o presidente e o governo saem chamuscados, e a lenha para aumentar a fogueira é quase sempre a mesma: acusações de corrupção.

Páginas e páginas deste *Diários* referem-se a esse tipo de acusação. Nem sempre — na verdade raramente — elas se referem à figura do presidente, mas de qualquer modo o atingem. Daí minha reiterada indignação, e mesmo exageros e irritações, com as acusações que considerava falsas e que eram acolhidas pelos jornais: entre os políticos e a sociedade, o grande instrumento de relacionamento é a mídia. No período abrangido por este *Diários*, as mídias sociais ainda não contavam, mas a imprensa e a TV eram essenciais para interpretar e transmitir à sociedade o que acontecia na esfera política e na vida pública.

Nas sociedades democráticas contemporâneas, não há jogo político sem

mídia. Queira-se ou não, ela é um ator político relevante, tanto ou mais do que as grandes corporações do Estado e da sociedade. Os agentes políticos, inclusive os governamentais, sabem disso e tratam de usar os canais de informação para que eles reproduzam o que ocorre no processo social, político e econômico segundo sua visão. A mídia, por sua vez, tem seus próprios filtros, visão e interesses. É um jogo complexo e do qual ninguém que tenha exercido o poder pode dizer: “Dessa água eu não bebi”.

É patente, em muitas páginas, minha indignação com acusações rasteiras e falsas (tipo dossiê Cayman e planilhas de contribuições eleitorais em caixa dois) ou com ilações inapropriadas (tipo grampos do BNDES), ou ainda com a utilização de investigações que o próprio governo abriu para desmoralizá-lo (caso Sudam e Sudene). Isso sem esquecer do chamado caso Eduardo Jorge, um conjunto de alegações que a Justiça julgou improcedentes e que eram usadas irresponsavelmente contra um ex-ministro, para ao atingi-lo e alcançar a mim e ao governo. Não que eu desconhecesse o papel da mídia, sua independência crítica e seu direito de investigar. É que em alguns casos, segundo minha ótica, ela havia ultrapassado os limites do razoável, insinuando ou insistindo em algo que inexistia.

Nada disso levou o governo ou o presidente a cortar recursos para algum órgão de imprensa e muito menos pedir a cabeça de jornalistas. Pelo contrário; no plano pessoal sempre me relacionei bem com os proprietários dos veículos de comunicação e com seus jornalistas. Em algumas destas páginas, posso ter abusado do direito subjetivo de espernear, pelo que me desculpo. Mas nelas, quando me refiro a pessoas e mesmo a fatos, faço-o registrando sempre minhas percepções de momento. Não se trata de julgamentos objetivos, embora eu tenha procurado reagir *sine ira et studio* ao que sabia ou vinha até mim.

Por fim, dois temas mais. Estas páginas mostram o esforço feito para reposicionar o Brasil no jogo internacional. A partir da visão de que a globalização levaria a um novo equilíbrio no poder mundial, relacionei-me com chefes de Estado de países muito distintos em seus regimes políticos e em suas práticas, dos Estados Unidos à China, passando necessariamente pela Europa, mas convencido de que nossa praia é a América Latina e até mesmo, mais especificamente, a América do Sul. O encontro entre presidentes desta última região (com o cuidado específico de mostrar ao México que as razões dessa opção eram de geografia e não de cultura ou poder) foi um marco nessa direção.

Haver logrado a paz nos conflitos entre Peru e Equador foi um sinal inequívoco de quanto o Brasil pode fazer na América do Sul. O mesmo pode ser dito do respeito demonstrado à democracia no Paraguai, quando ela esteve ameaçada por um golpe militar, e na Venezuela, quando Chávez foi deposto do poder por um golpe cívico-militar em abril de 2002. São exemplos de que, sem arrogância e prosápia, é possível exercer uma liderança construtiva na região, sem se fechar para o mundo. Para mim, o bom relacionamento entre Brasil e Argentina

e o fortalecimento do Mercosul — portanto também do Uruguai e do Paraguai — não visavam impedir negociações comerciais mais amplas (tipo Alca ou com a União Europeia), e sim reforçar a posição brasileira ao negociar com parceiros mais fortes.

Sem alardear independência, praticamos com naturalidade uma política externa independente, que colocava em primeiro lugar os interesses nacionais, tal como eles podem se firmar no mundo contemporâneo. Foi no período abrangido por este livro que se começou a falar de Brics, em 1999. Um novo mundo. Nesse novo mundo, tomem ou não parte dos Brics, África e Ásia devem ser levadas em consideração, especialmente pelo Brasil, dada nossa tradição de repúdio ao colonialismo, o que facilita o diálogo com países e regiões emergentes.

Reflexão que ora ganha um novo momento, posto que as recentes eleições americanas, o estupendo crescimento da China, assim como os conflitos no Oriente Médio, nos quais a Rússia volta a ter papel relevante, e as consequências do Brexit para a Europa, desafiam novamente o Brasil a agir para preservar seus interesses no cambiante tabuleiro internacional. Quanto mais nos mostrarmos fortes e afirmativos em nossos valores domesticamente e em nossa região, mais relevante será nosso peso no cenário global.

Dito isso, há inúmeros registros neste livro de minha convicção democrática e do esforço para, a despeito de tudo, e principalmente de nossa herança cultural autoritária e populista, preservar as instituições democráticas e, mais do que elas, o comportamento democrático (diga-se de passagem que me alegra, ao reler estas páginas, ver quanto o “problema” militar, como ameaça à democracia, desapareceu de nosso horizonte). Como sociólogo e relativo conhecedor de nossa história, sempre fui consciente das dificuldades em mudar nossa maneira de sentir e agir em favor do estilo democrático. Para a liderança democrática, a “obediência” não é automática; requer convencimento, além de legalidade e legitimidade. Paga-se um preço por exercer a liderança de maneira democrática. Quantas vezes fui acusado de ser vacilante, quando apenas quis dar ouvidos e levar em consideração outros pontos de vista? E também acusado de me demorar em tomar decisões, como se o tempo não fosse ele um ingrediente igualmente fundamental da construção política.

Eu sabia que, mesmo com a vasta maioria de votos populares recebidos, eu só poderia governar com apoios no Congresso e na sociedade. Tratei penosamente de consegui-los, e nem sempre fui exitoso. Cobrei um alto preço de meu partido, o PSDB (que nem sempre se convenceu, na integralidade, das renovações que meu governo tinha em mente), para obter o apoio das demais forças políticas que sustentaram o governo. O equilíbrio no Congresso dependia de que um dos grandes partidos coligados presidisse a Câmara e o outro o Senado. Até que o PSDB obteve maioria na Câmara e apresentou líderes com capacidade e apoio para ganhar a presidência da Casa. Provavelmente a partir desse ponto, as condições da aliança

que sustentava o Executivo começaram a se complicar. Esperemos o próximo volume, sobre os dois anos finais do segundo mandato, para ver como reagiu às novas circunstâncias.

Política é assim mesmo: por mais que se tenha projetos e rumos, ela é feita por pessoas, com seus interesses e valores, e a ocasião pesa. A política está sempre em mutação.